

Médico defende atuação da iniciativa privada

— O Estado deve assumir cada vez mais seu papel de assegurar o direito social da saúde à população como um todo, sem excluir, porém, a iniciativa privada em seu âmbito principal: prestação de serviços a quem quer e pode pagar e um papel complementar nos serviços secundário e terciário.

A declaração é do coordenador de Recursos Humanos da Organização Panamericana de Saúde, Carlyle Guerra de Macedo, ontem, na palestra de abertura do 3º Seminário de Educação para a Saúde, no Sesc da Tijuca, reunindo mais de 500 pessoas, entre estudantes e profissionais ligados à área da saúde. O seminário, que terá palestras e debates, termina dia 31.

Segundo Guerra de Macedo, é preciso também descentralizar a política de saúde e reduzir a dependência do exterior e das multinacionais do setor de remédios e equipamentos, hoje de cerca de 92 por cento. Defendeu, ainda, na questão do ensino de saúde, "desmonopolizar o conhecimento e difundi-lo à população, que se transformará, ela própria, em importante instrumento de ação".

Depois de afirmar que "uma política de saúde real tem propostas que trazem em seu bojo um alto grau de conflito", ele chamou a atenção para as resistências que surgirão quando da execução do

Plano Nacional de Ações Básicas de Saúde:

— Haverá resistências sérias dos produtores de saúde, os que detêm maior parcela de poder e os menos interessados na mudança. Temos de negociar estratégias para que a pressão desses grupos não venha a desfigurar as propostas.

Para o professor Guerra de Macedo, a ação estratégica contra as resistências deve ser desenvolvida em dois níveis: "a difusão e utilização do conhecimento, para que a população reflita criticamente sobre a situação; e a ampliação do debate, formando consciências com maior parcela de poder e pensando politicamente, dentro das classes sociais e partidos políticos".

O coordenador da Organização Panamericana de Saúde disse que para ser atingida a meta da Organização Mundial de Saúde ("Saúde para todos até o ano 2000") — na qual o Brasil está engajado através do Plano Nacional de Saúde — é preciso levar em conta as modificações previstas nos campos demográfico, econômico e político.

Entre as modificações, ele citou a redução dos índices de fertilidade, a diminuição dos contingentes de jovens e aumento do número de pessoas com mais de 55 anos — hoje, 5,5 por cento, no ano 2000, 18 por cento —, além das migrações internas, o processo cada vez mais rápido de urbanização da população e a urbanização cultural, com as zonas rurais sofrendo a influência dos padrões e valores das zonas urbanas.